



Ata da 2ª sessão interdepartamental, extraordinária, realizada em três de setembro de dois mil e quinze, na sala da Congregação (D-317), sob a presidência de Rubens Beçak e Alessandro Hirata, e com a presença dos membros docentes: Caio Gracco Pinheiro Dias, Fabiana Cristina Severi, Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, Gustavo Assed Ferreira, Iara Pereira Ribeiro, Jonathan Hernandes Marcantonio, Juliana Oliveira Domingues, Maria Paula Costa Bertran Muñoz, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, Sergio Nojiri; e dos membros discentes: Francisco Antônio Zanotto Consiglieri Júnior (DFB), Laudevino Bento dos Santos Neto da Silveira (DDP), Otávio Augusto Righetti Dal Bello (PG) e Vitor Luis Pavan (DDP). Tiveram ausência justificada: Alexandre Naoki Nishioka, Ana Carla Biacheriene, Benedito Cerezzo Pereira Filho, Camilo Zufelato, Cíntia Rosa Pereira de Lima, Cristina Godoy Bernardo de Oliveira, Cynthia Soares Carneiro, David Diniz Dantas, Emanuelle Urbano Maffioletti, Flavia Trentini, Gustavo Saad Diniz, Jair Aparecido Cardoso, Luciano de Camargo Penteado, Maria Hemília Fonseca, Raul Miguel Freitas de Oliveira, Sebastião Sérgio da Silveira, Thiago Marrara e Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez. Com a autorização das chefias dos departamentos, a sessão foi aberta aos alunos interessados. Estiveram presentes, dentre eles, Maurício Buosi Lemes e Saulo Simon Borges, membros da comissão para revisão do PPP, Juliana Fontana Moyses, Alexandre Dias, João Pedro Costa Toríbio, Ana Cláudia Mauer dos Santos, João Eduardo Fiacadori Silva, Lucas Gonçalves, André Luís Gomes Antonietto. Às 19 horas e 24 minutos, em terceira e última chamada, foi aberta a sessão. I - ORDEM DO DIA 1 - Sessão extraordinária para apreciação e deliberação sobre a proposta de Projeto Político-Pedagógico da comissão instituída pela Comissão de Graduação, com a presença dos três conselhos departamentais. O prof. Rubens inicia a sessão e passa a palavra ao prof. Nuno, que informa sobre a apreciação da minuta do PPP, assunto discutido desde 2013 e que precisa ser apreciado pelos departamentos, Comissão de Graduação e Congregação. Fala sobre alguns princípios: a educação não se desenvolve exclusivamente em sala de aula, o projeto tem a proposta de que 30% dos processos pedagógicos sejam realizados fora da sala de aula com atividades práticas, de pesquisa e de extensão; integração entre a teoria e a prática, pesquisa e extensão; formar um aluno de um modo mais decisivo; deve-se ter maior flexibilização do curso; recuperação do 9º e 10º períodos; interdisciplinaridade com distribuição de disciplinas fundamentais ao longo do curso. O prof. Nuno encaminha uma sugestão: que as propostas dos conselhos dos departamentos sejam anotadas e que sejam encaminhadas para serem discutidas. Ele pede para que o prof. Caio fale sobre o projeto de laboratório. Este explica que o laboratório foi uma ideia que surgiu em



um dos grupos de trabalho no congresso sobre o PPP e vem sendo pensado desde então. Possui dois objetivos: abrir espaço na grade horária para os alunos realizarem atividades de pesquisa desde os primeiros anos, além de reservar espaço na grade para fazer as atividades, viabilizar um diálogo entre as disciplinas de um mesmo semestre, para que os professores possam compartilhar textos, otimizando o tempo dos alunos, fazendo as atividades valerem para mais de uma disciplina, por exemplo. A proposta original envolve uma atividade com dois lados: metade da carga para atividades propostas pelos docentes que os alunos cumprirão, e a outra metade estaria vinculada a projetos que os alunos proporiam, como atividades de extensão e pesquisa. Daria ao aluno a liberdade para ele dizer o que fará no semestre e transferiria a responsabilidade a ele. O prof. Caio faz uma proposta: a partir do momento em que for feita a divisão da grade curricular, articular temas que possam ser trabalhados com as disciplinas do semestre; que o horário do laboratório, pelo menos num dia da semana, coincida para todos os períodos, integrando os alunos de todos os semestres. O prof. Nuno toma a palavra e diz que isso atende à criação das "janelas verdes" e que criam o tempo para o curso deixar de ser integral na sala de aula. A prof.^a Maria Paula toma a palavra e se manifesta a respeito de que não vê materializado no texto alguns elementos que acha importantes. Diz que na minuta fala da obrigação da CG de regulamentar o laboratório dois (2) meses depois da aprovação do PPP. Diz que a minuta aponta como responsabilidade da CG, mas que não quer ser responsável por um processo deliberativo que deve acontecer com ampla participação, e que isso deve ser mais esmiuçado. O prof. Guilherme toma a palavra e fala que tem certo temor à mudança, e que sua postura conservadora se dá porque a mudança precisa ser muito bem calculada. Não vê com bons olhos o laboratório em todos os cinco anos. Fala que poderia ser implantado em um dos anos e, se for bem sucedida a proposta, que seja estendida para os demais anos da graduação. Com a palavra, o aluno Vitor faz alguns questionamentos: "Quantas horas seriam levadas para o laboratório? Haveria a contagem de presença nas salas? O aluno se programaria? O projeto do aluno passaria pela CG para ser aprovado antes? O aluno que faz estágio faria o laboratório? Como valeriam os créditos do laboratório?" A profa. Fabiana toma a palavra e concorda os professores Guilherme e Ana Carla, diz que se deve encaminhar um projeto do laboratório à Comissão de Graduação informando o que idealmente poderia ocorrer em cada semestre. Levanta outra questão: a atividade complementar está sendo chamada de atividade de extensão. Fala sobre se ter uma diretriz do que será considerada atividade complementar. O prof. Alessandro toma a palavra e fala que a grande questão a ser resolvida é sobre a operacionalidade do projeto e como



fazer, e se também não seria melhor testar o laboratório. Fala que seria complicado realizar pesquisa com alunos do primeiro ano. Com a palavra, a discente Juliana fala sobre usar atividades de extensão como créditos de graduação, regulamentar o laboratório tomando cautela, mas sem o medo da mudança. Fala também que um problema discutido nas reuniões sobre o PPP e que não foi resolvido é relacionado à autonomia discente para organizar seu tempo, e que as atividades sejam utilizadas para compensar as disciplinas de graduação. O prof. Gustavo toma a palavra e fala sobre a relevância da reunião. Fala que a questão da mudança é um problema a se pensar, que, antes de mais nada, é um processo, é algo que evolui. Fala sobre um projeto-piloto e que se deve achar espaço para o aluno estudar. Discorda com a questão do quinto ano ser resgatado. Diz que algumas disciplinas optativas são bem relevantes para a formação do aluno. Também fala que a presença não é algo crucial. Com a palavra, a prof.^a Fabiana dá um exemplo de como é em outra faculdade: todo aluno faz um projeto de TCC no primeiro semestre, e, no segundo semestre, continua com o professor-orientador para a iniciação científica. Vê a necessidade de se criar uma comissão de avaliação e coordenadoria do curso. O prof. Nojiri toma a palavra e fala que estamos diante de uma oportunidade de grandes inovações. Fala que a educação dos alunos não se resume dentro da sala de aula. Reforça a ideia de que, do jeito que a estrutura está, não dá certo. O prof. Caio toma a palavra e fala que não é uma mudança radical, é uma diminuição das disciplinas obrigatórias, uma definição do que será obrigatória e não obrigatória, e uma proposta chamada laboratório, que irá implantar um projeto com objetivos que o docente terá que cumprir. O prof. Gustavo, com a palavra, fala que o quinto ano tem que evoluir, mas tem o mérito de permitir que o aluno estude. Dada a palavra ao prof. Paulo, ele diz que entende a cautela e fala que é necessário recuperar as discussões anteriores. Fala que não vê grande risco na mudança, e que é um desafio com condições de ser feito. Concorda com a ideia de formação de uma comissão de avaliação. Com a palavra, a prof.^a Juliana fala que se deve repensar o modelo para utilizar a capacidade crítica dos alunos. Diz que existe um cansaço coletivo dos alunos que chegaram aos últimos anos do curso e sobre a falta de participação dos alunos em eventos. Diz que os alunos quintanistas pegam todos os créditos em um único semestre e muitas vezes fazem disciplinas que não têm interesse nenhum. Fala que a grande dificuldade é dar aula para alunos não tão empolgados. O prof. Hirata toma a palavra e diz que se os créditos de atividades de pesquisa e extensão, feitas fora da sala de aula, contarem como optativas, ele não entende a necessidade de se criarem disciplinas para o quinto ano. Acha louvável a ideia de um aluno desenvolver um projeto, mas desse jeito não



haveria interdisciplinaridade. O prof. Rubens toma a palavra e propõe que a comissão falasse depois de alguns alunos que estavam aguardando para falar. Com a palavra, o aluno Otávio disse que acha louvável a ideia do laboratório e que gostaria de compartilhar uma experiência como ex-aluno do quinto ano. Fala que os alunos pegam disciplinas de que eles não gostam porque já estão acostumados a cumpri-las durante os outros anos de curso, e não se sabe quais disciplinas serão dadas no último semestre. Por isso, o aluno já pega as do penúltimo semestre para depois ter o tempo livre para estudar para o exame da OAB e outras atividades. Diz que não faz muito sentido desempenhar outras atividades com o aluno na sala de aula. Dada a palavra ao aluno Maurício que cita alguns pontos: enfatiza a importância de uma equipe de trabalho que acompanhe o desenvolvimento do projeto, citando a flexibilização e a autonomia do aluno; fala que a grade horária ainda mantém muitas disciplinas obrigatórias e que gostaria de sugerir um encaminhamento: olhar com atenção para as diretrizes curriculares nacionais do curso de direito, que são uma ferramenta interessante para definir qual conteúdo poderia se tornar obrigatório ou optativo. Fala que a existência de disciplinas obrigatórias no quinto ano dificultaria a adaptação dos alunos transferidos, da importância das optativas e da possibilidade de o aluno dar mais ênfase no seu trabalho de conclusão de curso. Com a palavra, o prof. Nuno sugere que se pense em alguns encaminhamentos e diz que extensão e as atividades complementares de graduação (ACG) não são a mesma coisa. Fala que a proposta é regulamentar a discussão em termos de definição e de operacionalização, e que seria de fato interessante começar com cautela e não incluir o laboratório nos primeiros anos. Fala que o curso cresce em carga horária porque tem as ACGs e o laboratório, e que não cresce em carga disciplinar. Diz que haveria obrigatórias no quinto ano porque têm muitas disciplinas eletivas a partir do segundo ano e se for mantido o quinto ano exclusivamente com optativas, será necessário reorganizar todas as optativas propostas do segundo ao oitavo período novamente para o quinto ano. Fala que não acha que existam grandes divergências nas ideias do laboratório e então encaminha uma proposta: que haja uma deliberação dos departamentos e seja encaminhada à comissão do PPP para análise. O prof. Nojiri toma a palavra e fala que o resultado da grade final proposta deixa a desejar no sentido de flexibilidade. Fala que deixa pouco espaço para as disciplinas optativas com a quantidade de disciplinas obrigatórias e que o número de obrigatórias está bem acima do mínimo. Diz que a ideia é que as disciplinas obrigatórias passem a ser eletivas, mas com oferecimento obrigatório, tornando, assim, o curso mais flexível. Com a palavra, a aluna Ana reitera o processo do projeto nos últimos anos e diz que é necessário flexibilizar o curso, no



sentido de reduzir o número de obrigatórias. Fala que a proposta de se distribuir as disciplinas optativas ao longo do curso não contempla o que tem sido discutido nas reuniões sobre o PPP, e essas discussões dão base para apostar na mudança e na construção, ao longo do tempo, de um processo democrático entre alunos, professores e funcionários. Diz que se deve considerar o que vem sendo discutido para o curso não ser o martírio que hoje é tanto para os professores quanto para os alunos. Com a palavra, o prof. Rubens diz que estranhou a expressão “martírio”, pois se trata de uma ação individual unipessoal, a pessoa opta se quer entrar num ensino universitário e se quer ir para o público ou não, que presta o vestibular e segue as regras, chamar de “martírio” deveria ser repensado. Ana tenta se explicar, porém o prof. Rubens diz que ela não está com a palavra, que não é caso para explicação, que ela deveria pensar, pois está numa reunião pública, num colegiado, que fica registrado em ata e que o uso dessa palavra depõe contra a categoria discente e que só pede uma reflexão da aluna. Ainda assim, Ana diz que a fala dela vai ao encontro do que os professores Juliana e Caio disseram. Então, o prof. Rubens diz que a questão foi o uso de “martírio”. Na sequência, Ana diz que não é estudar que é um martírio e que o professor deveria considerar a fala dela, e prof. Rubens diz que não é questão para debate, que não cabe, que, como é professor há anos, lhe doeu ouvir isso. Após, o prof. Nuno pede que sejam retomadas as questões, e Ana pede que tenha o direito de responder consensualmente, mas o prof. Rubens lhe diz que ela não está com a palavra e que aquilo fora apenas uma observação dele. Ana, então, toma a palavra e diz: “[que isso] Só considera a própria indisponibilidade democrática que se tem visto ao longo do curso e a própria discussão do Projeto Político-Pedagógico.” O prof. Rubens diz que apenas está dizendo que ela tem que refletir sobre isso e que a fala dela é retórica vazia. Tomando a palavra, o prof. Nuno esclarece que o curso atual oferece 12 créditos de flexibilização e a nova proposta tem 34 créditos. Fala que pode encaminhar todas as propostas, sem exceção. Com a palavra, a aluna Juliana diz que se pode flexibilizar o curso ao transformar algumas obrigatórias em optativas eletivas, e que o aluno ainda terá que cumprir os créditos, mas poderá decidir se fará a matéria “a” ou “b”. Diz que o número de optativas poderia ser maior, possibilitando ao aluno cumprir o número de créditos de outras maneiras. Com a palavra, o prof. Caio fala que, em relação a proposta do quinto ano, concorda com o prof. Nuno e que não há necessariamente uma identidade entre ter mais disciplinas com ter mais aulas expositivas, rememorando o artigo 65 do Regimento Geral da USP. Fala que jogar disciplinas obrigatórias para o quinto ano foi a maneira que encontraram de diminuir a carga obrigatória dos outros anos, principalmente para haver espaço para o laboratório. A aluna



Juliana, com a palavra, diz que não adiantaria jogar as disciplinas para frente ou para trás, e que isso não ajudaria na flexibilização. Diz que seria importante diminuir o oferecimento de obrigatórias e inserir a pesquisa e extensão para ajudar a cumprir os créditos. Com a palavra, o aluno Vitor reitera a proposta dos alunos de diminuir a carga horária de obrigatórias e transformar algumas em eletivas. Então, o prof. Rubens sugere que seja marcada uma nova reunião após 15 dias e que, enquanto isso, a comissão do PPP discuta e sistematize as propostas. O prof. Hirata toma a palavra e faz uma sugestão de encaminhamento: que dentre os 15 dias até a próxima reunião a comissão apresente duas propostas de grade — a já existente, e outra tendo a transformação de obrigatórias em optativas. Com a palavra, o prof. Caio relembra um ponto importante: que seria o caso de os professores elaborarem uma lista com o conteúdo programático de suas disciplinas e que propusessem alterações. Fala também que seria interessante que elaborassem uma lista de divisão de suas matérias dissessem se é possível uma redistribuição de suas disciplinas, quais conteúdos entendem como essenciais e quais poderiam ser desenvolvidos em eletivas. Com a palavra, o prof. Rubens fala que a proposta é excelente, mas teriam dificuldade para tratar dela em 15 dias. Dada a palavra ao prof. Nojiri, ele diz ser importante pensar que se se deseja uma grade mais flexível, faz-se necessário criar um número considerável de optativas porque a faculdade já enfrenta dificuldade no oferecimento delas. Com a palavra, o aluno Maurício fala que os alunos já tinham enviado aos docentes o conteúdo de suas disciplinas para que estes se manifestassem. O prof. Caio toma a palavra e diz que as perguntas que foram enviadas eram genéricas, com respostas como “sim” e “não”. Com a palavra a aluna, a discente Juliana diz que o processo encontra dificuldade em depender do docente no sentido de ele falar se seu conteúdo é importante ou não para continuar na grade horária. Fala que é preciso adotar um critério mais objetivo. Dada a palavra ao prof. Hirata, ele reforça a ideia de encaminhamento, e que a comissão faça outra proposta, talvez diminuindo o tempo do laboratório e que o conteúdo dele seja discutido também. O prof. Nuno toma a palavra e sugere que os conselhos dos departamentos discutam os princípios do projeto apresentado e que a aprovação do projeto fique condicionada às questões levantadas. O prof. Hirata lembra que ficou determinado prazo até outubro para os departamentos decidirem. A ata da reunião realizada em 19 de agosto será aprovada na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o professor Rubens Beçak, presidente desta sessão, deu por encerrada a reunião às 22 horas e 45 minutos. Do que, para constar, nós, Daniela Veríssimo Gomes e Luiz Gustavo Teixeira Neves, secretários, lavramos e digitamos esta ata, que será examinada pelos membros presentes à



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DE RIBEIRÃO PRETO

reunião em que for discutida e aprovada, e por nós assinada. Ribeirão Preto, 10 de setembro de 2015.